



2º Simulado Especial
Senado Federal
Técnico Legislativo
Policial Legislativo
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado Especial Senado Federal – Técnico Legislativo – Policial Legislativo – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do Senado Federal;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Senado-TL-Policial-09-10>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | |

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO 1**O QUE É UMA FALÁCIA?**

Na lógica e na retórica, uma falácia é um argumento logicamente inconsistente, sem fundamento, inválido ou falho na capacidade de provar eficazmente o que alega. Argumentos que se destinam à persuasão podem parecer convincentes para grande parte do público apesar de conterem falácias, mas não deixam de ser falsos por causa disso.

01. Sobre esse texto, é correto afirmar que:

- a) a expressão inicial “na lógica e na retórica” mostra a tentativa argumentativa de detalhar o conceito de retórica;
- b) o termo “mas” corrige uma informação equivocada que está presente no primeiro período;
- c) o segundo período do texto confirma a ideia inicial do texto, ampliando as informações já fornecidas;
- d) o último período do texto mostra uma conclusão retirada dos dois períodos anteriores;
- e) as informações finais do texto refutam as fornecidas no primeiro período.

02. Uma inferência válida a partir do texto é que:

- a) lógica e retórica são noções diferentes
- b) a lógica tolera mais argumentos falsos
- c) a retórica é uma argumentação falsa
- d) a persuasão depende de falácias
- e) argumentos inconsistentes são mais convincentes

03. Argumentos que se destinam à persuasão podem parecer convincentes para grande parte do público apesar de conterem falácias, mas não deixam de ser falsos por causa disso.

No período acima, a ênfase recai sobre a informação de que:

- a) argumentos são convincentes apesar da sua falsidade
- b) argumentos falaciosos convincentes não deixam de ser falsos
- c) argumentos destinados à persuasão podem parecer convincentes
- d) argumentos que não se destinam à persuasão podem ser verdadeiros
- e) grande parte do público quer argumentos convincentes

04. O texto acima se caracteriza como

- a) uma definição conceitual
- b) uma exposição de motivos
- c) uma sequência lógica
- d) uma narração de conceitos
- e) uma descrição de raciocínios

TEXTO 2

O texto a seguir expande as considerações sobre o tema “falácias”. Analise-o e responda às questões abaixo.

Reconhecer as falácias é por vezes difícil. Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica. É importante conhecer os tipos de falácia para evitar armadilhas lógicas na própria argumentação e para analisar a argumentação alheia.

É importante observar que o simples fato de alguém cometer uma falácia não invalida toda a sua argumentação. Ninguém pode dizer: “Li um livro de Rousseau, mas ele cometeu uma falácia, então todo o seu pensamento deve estar errado”. A falácia invalida imediatamente o argumento no qual ela ocorre, o que significa que só esse argumento específico será descartado da argumentação, mas pode haver outros argumentos que tenham sucesso. Por exemplo, se alguém diz: “O fogo é quente e sei disso por dois motivos: 1. ele é vermelho; e 2. medi sua temperatura com um termômetro”.

Nesse exemplo, foi de fato comprovado que o fogo é quente por meio da premissa 2. A premissa 1 deve ser descartada como falaciosa, mas a argumentação não está de todo destruída.

05. Pelo raciocínio acima disposto,

- a) a conclusão sobre o fogo é falaciosa
- b) a temperatura do fogo não prova que ele é vermelho
- c) o fogo não é vermelho de fato, mesmo sendo quente
- d) não é possível saber a temperatura pelo termômetro
- e) ser vermelho não comprova nem refuta ser quente

06. O texto acima identifica um exemplo de falácia, em seu sentido mais amplo de “raciocínio logicamente inconsistente” usado para soar convincente, mesmo sendo falso; assinale o trecho em que se encontra:

- a) Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica.
- b) “Li um livro de Rousseau, mas ele cometeu uma falácia, então todo o seu pensamento deve estar errado”
- c) cometer uma falácia não invalida toda a sua argumentação
- d) pode haver outros argumentos que tenham sucesso
- e) a argumentação não está de todo destruída

07. “Reconhecer as falácias é por vezes difícil. Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica. É importante conhecer os tipos de falácia para evitar armadilhas lógicas na própria argumentação e para analisar a argumentação alheia.”

Do primeiro parágrafo é possível concluir que

- a) reconhecer as falácias por vezes não é difícil
- b) argumentos falaciosos são sempre íntimos
- c) é difícil reconhecer as próprias falácias
- d) é difícil reconhecer as falácias alheias
- e) é fácil reconhecer as falácias alheias

08. “pode haver outros argumentos que tenham sucesso”

Sobre o segmento acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) verifica-se uma ideia de restrição
- b) ocorrem apenas duas orações no segmento
- c) a primeira oração não traz sujeito
- d) “outros argumentos” é complemento do verbo “haver”
- e) “outros argumentos” é sujeito posposto do verbo “poder”

09. A oração reduzida em “É importante conhecer os tipos de falácia” poderia ser adequadamente desenvolvida na forma:

- a) que se conheça os tipos de falácia
- b) o conhecimento dos tipos de falácia
- c) que se conheçam os tipos de falácia
- d) que seja conhecido os tipos de falácia
- e) conhecermos os tipos de falácia

10. O texto II foi construído com linguagem impessoal, o que lhe confere maior objetividade. Entre os recursos empregados para obter tal efeito, assinale aquele não se verifica no texto.

- a) emprego de infinitivos impessoais
- b) emprego verbos em terceira pessoa
- c) referências genéricas com pronomes indefinidos
- d) citação de experiência própria em “Li um livro de Rousseau”
- e) emprego de voz passiva com agente omitido

11. Uma das formas de indicar-se a coesão num texto é a utilização de formas de paralelismo em sua construção; a frase abaixo que mostra paralelismo em sua estruturação é:

- a) Comprar um carro e alugá-lo não são atos incompatíveis
- b) Sorte no amor, azar no jogo e atraso no trânsito fazem parte da vida.
- c) Quanto mais difícil é fechar um edital, mais altas são as remunerações;
- d) Pelo ofício circular, recomendou-se aos Ministérios economizar energia e que elaborassem planos de redução de despesas;
- e) No discurso de posse, mostrou determinação, não ser inseguro, inteligência e ter ambição.

12. As preposições, em língua portuguesa, podem ser solicitadas por termos anteriores ou não; entre as preposições (combinadas ou não com artigos) destacadas no texto, aquela que depende sintaticamente de um termo anterior é:

- a) Li um livro de Rousseau
- b) foi de fato comprovado
- c) não está de todo destruída
- d) o simples fato de alguém cometer uma falácia
- e) o fogo é quente por meio da premissa

13. Abaixo aparecem indicados tipos diversos de textos; entre eles, o tipo que apresenta um modelo adequado é:

- a) tipo informativo: livros escolares;
- b) tipo normativo: regulamentos de condomínios;
- c) tipo publicitário: bulas de remédios;
- d) tipo didático: classificados;
- e) tipo instrucional: propaganda de celular.

14. Na frase “João sempre estudou muito, mas seus concorrentes nem sempre fizeram isso”, o verbo fazer substitui toda uma oração.

A frase abaixo em que ocorre o mesmo é:

- a) A mãe pediu que ninguém saísse, mas o filho fez o contrário múltiplas vezes;
- b) Enquanto a maioria estudava apenas teoria, uns poucos faziam exercícios;
- c) Nem todos os servidores públicos fazem as mesmas coisas todos os dias;
- d) Até os bombeiros chegarem, os médicos faziam atendimentos de emergência;
- e) Enquanto o chefe cozinhava a carne, o assistente fazia as sobremesas.

15. A frase em que NÃO há nenhum termo elidido é:

- a) Ela estuda muito, mas eu, não;
- b) Nem todos entendem o texto que leem;
- c) As pessoas não priorizam as mesmas coisas que você;
- d) João estuda tanto quanto o irmão;
- e) Vaidade demais traz grandes prejuízos para a estima.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Carlos Henrique

16. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Luan é médica ou Marinalva não é estagiária.
- II. Se Arapuã é artista, então Luan não é médica.
- III. Ou Oslani é egípcio, ou Marinalva é estagiária, mas não ambos.
- IV. Luan é médica ou Priscila é astrônoma.
- A partir dessas informações, é correto afirmar que
- a) Priscila não é astrônoma ou Marinalva não é estagiária.
- b) Marinalva é estagiária e Arapuã não é artista.
- c) Se Luan não é médica, então Oslani é egípcio.
- d) Oslani é egípcio e Priscila não é astrônoma
- e) Arapuã é artista ou Priscila é astrônoma

17. Em um ponto distante da nossa galáxia Via Láctea há um peculiar planetoide onde moram apenas dois habitantes: os irmãos ZAG e ZUG. Quando são perguntados sobre qualquer assunto, os habitantes desse planetoide sempre respondem com uma única dentre as duas seguintes palavras: sim ou não. Sabe-se que ZAG sempre diz a verdade e ZUG sempre mente. Dentre as perguntas a seguir, qual é a única que, se for feita tanto para ZAG quanto para ZUG, gerará respostas diferentes?

- a) Seu irmão é mentiroso?
- b) Você é mentiroso?
- c) Você é o ZAG?
- d) ZUG é mentiroso?
- e) Seu irmão chama-se ZAG?

18. Em Brasília, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; Master BSB (M), Nano Tech (N) e Primer BSB (P). Os resultados mostraram que:

- 420 pessoas gostam da rave M.
- 420 pessoas gostam da rave N.
- 500 pessoas gostam da rave P.
- 40 pessoas gostam das três raves.
- 200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.
- 120 pessoas gostam das raves M e N.
- 140 pessoas gostam das raves M e P
- 100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

- a) 1500
- b) 1.140
- c) 1220
- d) 1260
- e) 1120

O enunciado abaixo refere-se às questões 19 e 20.

Luana, uma estudiosa aluna do Estratégia Concursos, passou para o SENADO FEDERAL em primeiro lugar. Resolveu, então, fazer um jantar de comemoração para quatro amigos. Sabe-se que Luana possui 12 amigos. Entre os seus amigos estão Liz e Matheus (o namorado da Liz).

19. Certa noite, supondo-se que Liz e Matheus só comparecerão ao jantar juntos, caso sejam convidados, o número máximo de possibilidades para o jantar de Luana é:

- a) 120
- b) 180
- c) 215
- d) 240
- e) 255

20. Outra noite, supondo-se que Liz e Matheus tenham brigado e, portanto, não possam ser convidados juntos, o total de jantares que Luana pode oferecer nessas condições é:

- a) 420
- b) 450
- c) 480
- d) 495
- e) 500

21. Em um órgão do Senado com 1000 servidores, 40% são analistas. O quadro de servidores é formado por 480 homens, sendo que 200 mulheres não são analistas.

Escolhendo aleatoriamente 1 servidor desse órgão e verificando que é homem, a probabilidade de ele NÃO ser analista é igual a:

- a) $1/3$
- b) $2/5$
- c) $5/6$
- d) $7/8$
- e) $8/9$

INGLÊS

Andrea Belo

TEXT 1

Scientists say new dinosaur species is largest found in Australia. Scientists in Australia have classified a new species of dinosaur, discovered in 2007, as the largest ever found on the continent. The Australotitan cooperensis or "the southern titan", is among the 15 largest dinosaurs found worldwide.

Experts said the titanosaur would have been up to 6.5m (21ft) tall and 30m long, or "as long as a basketball court". Its skeleton was first discovered on a farm in south-west Queensland. Palaeontologists had worked over the past decade to identify the dinosaur - distinguishing it from other known species by comparing scans of its bones to those of other sauropods.

Sauropods were plant-eating dinosaurs known for their size. They had small heads, very long necks, long tails and thick, pillar-like legs (...)
<https://www.bbc.com/news/world-australia-57394830>)

22. Based on the information about the discovery, the author's opinion implies that

- a) a new dinosaur specie was recently discovered
- b) many new animals' species were discovered in 2007
- c) the scientists who were there classified many species
- d) some continents were classified
- e) a new specie was found and classified

23. When the text informs "... distinguishing it from other known species by comparing scans of its bones to those of other sauropods", the term "its" refers to

- a) distinguishing
- b) known
- c) sauropods
- d) others
- e) species

TEXT 2

Chopra said as he re-emerged shortly afterward on Facebook live. "We were hoping for a million people and indeed we think we had them. "Chopra's global event was set to begin at 12 p.m. ET and meant to connect people's energy to heal the world at a time when we need it most, the event description says.

But Vimeo said user error was to blame. "What happened with this customer was not due to any technical issue with Vimeo's platform," a Vimeo spokesperson told CNN in a statement. "The customer had multiple admin users logged into the broadcast at once, which disrupted the stream." The online platform powers hundreds of thousands of live events with millions tuning in, according to Vimeo. "We've since addressed this directly with the customer to prevent this from happening in the future."

Chopra's meditation continued via Facebook Live offering a moment of zen for people in a time of uncertainty. The stream of the event is still accessible and has been viewed nearly 200,000 times on Facebook. "Let's all breathe together, while it's our responsibility to live apart," reads the event's website.

(<https://edition.cnn.com/health>)

24. The extract that states the idea of something that did not go well on Text II is

- a) The meditation event was streaming live on Facebook first.
- b) A technical issue with Vimeo's platform caused the site crash.
- c) Vimeo's platform stopped working due to the huge number of viewers.
- d) A short number of people logged in to the live meditation session.
- e) The live stream crashed because of a Chopra's team mistake.

25. "Adressed" in "We've since addressed this directly with the customer to prevent this from happening in the future" on Text II indicates

- a) writing a name or address on an envelope.
- b) giving someone a particular name or title
- c) talking to someone in order to solve a problem.
- d) sending something to someone.
- e) giving a public speech about a subject.

26. When the Text II informs what happened to Deepak Chopra's live, one may infer that

- a) it had to continue his live stream on a different platform.
- b) its meditation event is no longer available online.
- c) it was expected fewer people on his live stream.
- d) its live session aimed to cure people infected with coronavirus.
- e) both Vimeo and Facebook live features crashed.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

27. O Corregedor Nacional de Justiça, no exercício de atribuição que lhe fora conferida pelo Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (Resolução 67/2009) requisitou das autoridades fiscal e monetária, no âmbito da União, informações sigilosas a respeito de João da Silva, juiz federal substituto, para apurar, a partir de fundados elementos de suspeita, em procedimento de investigação, suposta venda de sentença. O Banco Central e a Receita Federal do Brasil negaram acesso aos dados, pelo fato de não existir lei complementar que autorize, na hipótese, quebra de sigilo bancário e fiscal e em razão da inexistência de ordem judicial.

Sabendo que a Constituição Federal a todos assegura o direito à inviolabilidade de sigilo de dados, indique a alternativa correta, consoante posicionamento do Supremo Tribunal Federal e a redação da Lei Maior.

- a) A Resolução 67/2009 não poderia ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, mas poderia ser questionada por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental, dada a natureza subsidiária desta ação.
- b) As autoridades agiram corretamente, uma vez que a quebra de sigilo de dados só pode ser feita por meio de ordem judicial ou nas hipóteses autorizadas por lei em sentido formal.
- c) O dispositivo do Regimento Interno do CNJ é formalmente inconstitucional, porque a matéria deve ser disciplinada no Estatuto da Magistratura, lei complementar de iniciativa do Supremo tribunal Federal.
- d) Embora constitucionalmente protegido, o sigilo de dados bancários e fiscais pode ser objeto de conformação regimental (lei em sentido material) devidamente justificada, para atender interesse público, com previsão de hipóteses de

transferência de dados no interior da Administração Pública.

- e) A norma regimental é formalmente constitucional, mas não guarda compatibilidade material com a Constituição Federal, uma vez que autoriza o acesso, sem ordem judicial, a dados sigilosos por mera requisição de autoridade administrativa.

28. Considere as seguintes normas do texto constitucional:

Art. 8º, inciso IV – “A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei”.

Art. 5º, inciso XXII – “É garantido o direito de propriedade”.

Art. 196 – “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, a classificação das normas constitucionais elencadas no tocante à sua eficácia.

- a) Norma de eficácia contida, norma de eficácia plena e norma programática;
- b) Norma de eficácia limitada, norma de eficácia contida e norma de eficácia plena;
- c) Norma programática, norma de eficácia limitada e norma de eficácia contida;
- d) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio programático;
- e) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio institutivo.

29. O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.
- b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.
- c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- d) A emenda é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre contratos, indústria e comércio.
- e) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

30. O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Dourados-MS, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.
- c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.
- e) Controle de Constitucionalidade de norma municipal, da competência do Supremo Tribunal Federal, só pode ser feito pela via incidental.

31. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.
- d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.
- e) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

32. A respeito do processo legislativo constitucional, aponte a assertiva incorreta.

- a) No processo legislativo de reforma da Constituição Federal, a iniciativa popular está condicionada aos seguintes requisitos cumulativos: a) proposição subscrita por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional; b) representatividade mínima de cinco estados da federação, com pelo menos 0,3% de seus eleitores.
- b) A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal veda a edição de medidas provisórias para regulamentação da exploração dos serviços locais de gás canalizado.
- d) A Constituição Federal veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de medidas provisórias rejeitadas, mas essa vedação não se aplica quando a perda da eficácia se dá por decurso de prazo.
- e) Projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, dos tribunais superiores e do Procurador-Geral da República devem ter início na Câmara dos Deputados.

33. Decreto do Presidente da República excluiu a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e fixou que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos. Acerca do ato do Executivo, de acordo com a Constituição Federal, e nos termos do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) Adaptações adicionais, nas provas físicas, de tecnologias assistivas além daquelas que o candidato com deficiência já utiliza, fere a isonomia entre os candidatos e faz prevalecer o interesse privado sobre o interesse público.
- b) É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos.
- c) É inconstitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.
- d) A exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência viola o bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à ordem jurídica brasileira com o "status" de Emenda Constitucional.
- e) É dever do Poder Público reconhecer a condição desigual de candidatos com deficiência e trata-los de modo desigual, proporcionalmente às suas desigualdades.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

34. José é servidor público federal no Ministério Alfa, mas obteve licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de dois anos. Com mais tempo disponível, José pode se dedicar aos trabalhos na sociedade empresária Alfa, entidade em que figura como sócio. A sociedade empresária Alfa vende computadores e acessórios, especialmente para o poder público, através de contratos administrativos.

Ao consultar as publicações oficiais, José tomou conhecimento que o Ministério Alfa estava promovendo licitação pública para seleção de propostas para fornecimento de hardwares, com o objetivo de modernizar os equipamentos e sistemas de informática.

Considerando a situação hipotética acima e levando em consideração a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e as disposições da Lei nº 14.133/2021, pode-se afirmar que:

- a) por se tratar de processo de licitação, a sociedade empresária Alfa poderá participar da licitação pública, desde que sejam respeitados os princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.
- b) apesar de a Lei nº 14.133/2021 vedar a participação em licitação de agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, tal impedimento não se aplica quando o agente público estiver licenciado, tendo em vista que não estarão presentes os elementos indicadores de conflito de interesses.
- c) expressamente, a Lei nº 14.133/2021 veda apenas a participação do agente público do órgão ou entidade, mas não veda a participação de sociedade empresária na qual o agente seja sócio, permitindo assim a participação da entidade, por ausência de previsão legal e de conflito de interesses.
- d) não é possível afirmar, de plano, que a sociedade empresária Alfa terá vantagens na participação do certame, sendo que a administração e os órgãos de controle deverão analisar caso a caso,

aplicando a nulidade somente quando evidenciado conflito de interesse efetivo e concreto.

- e) ainda que o servidor esteja de licença à época do certame, não é possível a participação de empresa que possua no seu quadro de pessoal servidor público, efetivo ou ocupante de cargo em comissão/função gratificada, ou dirigente do órgão contratante ou responsável pela licitação.

35. José é ex-prefeito municipal e está sendo acusado de ato de improbidade administrativa, por ter, supostamente, causado lesão ao erário de forma dolosa. O ato foi praticado em dezembro de 2015, sendo que a ação de improbidade administrativa foi proposta pelo Ministério Público em outubro de 2017.

Sabendo que até hoje não houve sentença no juízo de primeiro grau e que a Lei nº 14.230/2021, publicada em outubro de 2021, trouxe um novo regime prescricional, José procurou o seu advogado, em outubro de 2022, para verificar possível ocorrência de prescrição intercorrente na ação de improbidade.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF sobre o tema, o advogado respondeu corretamente que:

- a) os princípios do direito administrativo sancionador não se aplicam às ações de improbidade, de tal forma que a reforma da Lei de Improbidade não poderá retroagir para beneficiar o réu em ações já em curso.
- b) a reforma da Lei de Improbidade é irretroativa, aplicando-se somente aos processos iniciados após a sua publicação.
- c) como o novo regime prescricional é irretroativo, os novos marcos temporais começaram a correr a partir da publicação da Lei nº 14.230/2021, motivo pelo qual ainda não se consumou o prazo de quatro anos para a ocorrência da prescrição intercorrente.

d) o novo regime prescricional é retroativo, por se tratar de norma processual, sendo ainda que a reforma da Lei de Improbidade deverá retroagir para beneficiar o réu em ações que ainda não transitaram em julgado e para os processos que, ainda que transitados em julgado, estão em regime de execução das penas e seus incidentes.

e) por se tratar de regime punitivo, as regras da Lei nº 14.230/2021, quando mais benéficas, devem retroagir para beneficiar o réu, aplicando-se o novo regime prescricional desde a propositura da ação.

36. Acerca da responsabilidade civil estatal, nos termos da jurisprudência mais atual do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta:

a) o Estado responderá de forma objetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública, aplicando-se ao caso a teoria do risco integral, uma vez que o Estado deve assegurar universalmente a segurança de todos durante operação policial.

b) o Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.

c) o Estado responde subjetivamente pelos atos de tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiro.

d) a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício somente será caracterizada se o poder público tinha conhecimento de eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

e) a responsabilidade civil é sempre objetiva, nas situações em que o preso foragido pratica crime, bastando a demonstração do dano sofrido pelo particular.

37. Jorge é servidor federal e foi demitido em processo disciplinar, por fato também previsto na legislação penal.

Inconformado com o andamento do processo e aplicação da pena, Jorge buscou ajuda de advogado, relatando os seguintes fatos: (i) a denúncia apresentada foi anônima; (ii) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar não fez exposição detalhada dos fatos imputados; (iii) ao longo do processo, a comissão processante pegou provas emprestadas produzidas no inquérito penal, mas que, a despeito da veracidade dos fatos apurados, foram coletadas de forma ilícita pela autoridade policial; (iv) a autoridade julgadora demorou quarenta dias para emitir a decisão do processo disciplinar; (v) a conduta que lhe foi imputada constava em artigo da Lei nº 8.112/1990 que previa a pena de demissão, mas Jorge pretendia questionar o mérito, alegando ter atuado como servidor exemplar ao longo da carreira.

Considerando a situação hipotética acima e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o seu advogado respondeu corretamente que:

a) É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa, independentemente de sua licitude, em razão do princípio da verdade material que prevalece no processo administrativo.

b) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade, em virtude da presunção de prejuízo à defesa.

c) Não permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, uma vez que o poder-dever de autotutela imposto à Administração não pode confrontar disposição expressa da Lei nº 8.112/1990, que exige que a denúncia seja identificada, nem a vedação constitucional ao anonimato.

d) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

e) A autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990, desde que o ato seja acompanhado de justificativa e razoabilidade.

38. Nos termos da Constituição Federal de 1988, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Ademais, é dever da administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Com base no que dispõe a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2001, é correto afirmar que

a) entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos diretamente do orçamento não estão obrigadas a divulgar o montante e a destinação dos recursos que receberam do poder público.

b) a classificação de uma informação como sigilosa deve observar o interesse público da informação, utilizando-se do critério menos restritivo possível, considerando-se a gravidade do risco à segurança da sociedade, bem como o prazo máximo de restrição de acesso.

c) as informações consideradas sigilosas são aquelas cujo acesso público fica restrito de maneira indefinida, por se entender que sua não publicidade é imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.

d) o acesso à informação deve ser sempre total, vedada a concessão de acesso parcial às partes não sigilosas.

e) o requerimento de acesso à informação deve ser deferido independentemente da identificação do requerente, desde que este fundamente seu pedido com a exposição dos motivos determinantes de sua solicitação.

39. A empresa privada Malbaratamento S.A. estava interessada em prestar serviço estatal de policiamento de trânsito. Contudo, após participar de audiência pública com a prefeitura do município Alfa, titular dessa atividade, a empresa foi informada de que o serviço seria prestado por sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do referido ente. Ademais, na audiência pública, foi informado que a sociedade de economia mista prestaria diversas atividades, incluindo a autuação e aplicação de multas de trânsito. Irresignada com a situação, a empresa Malbaratamento S.A. solicitou pronunciamento de sua assessoria jurídica, sendo corretamente informada de que:

a) a sociedade de economia mista poderia realizar a prestação do poder de polícia de trânsito, desde que a delegação da atividade fosse realizada por contrato administrativo, após licitação pública, realizada em processo transparente e competitivo.

b) a sociedade de economia mista não poderia prestar o serviço, uma vez que o poder de polícia é indelegável para entidades administrativas de direito privado.

c) tanto a sociedade de economia mista como a empresa privada poderiam prestar o serviço, já que o STF passou a entender que o poder de polícia é delegável, por lei ou contrato, a entidades administrativas e a particulares.

d) somente as atividades de anuência estatal e de fiscalização poderiam ser delegadas, não se admitindo a delegação, para entidades administrativas de direito privado, da competência para aplicação de multas, pois se trata de atividade sancionatória, típica de Estado.

e) o poder de polícia de trânsito é delegável para entidades administrativas de direito privado, uma vez que se trata de serviço público próprio do Estado, prestado em regime não concorrencial, mas essa delegação deverá ocorrer por lei.

40. Suponha que determinada autoridade pretenda delegar parte de sua competência a um subordinado, para conferir celeridade e eficiência em questões administrativas do órgão. Com base no que dispõe a Lei nº 9.784/99 em matéria de delegação e avocação de competências, assinale a alternativa correta

- a) a delegação de competência pressupõe uma relação de subordinação hierárquica, sendo autorizada desde que não haja impedimento legal.
- b) a edição de atos de caráter normativo pode ser delegada, desde que haja conveniência, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- c) não poderá ser delegada a competência para proferir decisão em recurso administrativo, nem de processos que envolvam matéria de competência exclusiva da autoridade.
- d) a delegação poderá ser realizada independente de prazo e da ressalva de exercício da atribuição delegada.
- e) a autoridade delegada fica dispensada de mencionar que suas decisões foram proferidas em virtude da competência delegada.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCEUSSAL PENAL

Priscila Silveira

41. Acerca da aplicação da lei penal assinale a alternativa correta.

- a) Não é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, mesmo que aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- b) Ficam sujeitos à lei penal brasileira, embora cometidos no estrangeiro, ainda que o agente seja absolvido ou condenado no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- c) Quanto ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adota a teoria da ubiquidade.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- e) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, salvo se vier norma posterior mais benéfica, tendo em vista o princípio da retroatividade da norma penal em benefício do réu.

42. Leonardo, Raphael, Michelangelo e Donatello planejam furtar um veículo de uma residência que aparentava não ter ninguém. Michelangelo e Leonardo permaneceram na van, enquanto Raphael arromba o portão e Donatello ingressa na residência. Ocorre que quando adentrou na casa, se deparou com um morador. Em razão disso, Donatello golpeia com um pedaço de madeira a cabeça do morador, que veio a falecer. Levando em consideração a situação hipotética, Raphael e Donatello responderão por:

- a) autoria colateral.
- b) participação de menor importância.
- c) coautoria sucessiva.
- d) cooperação dolosamente distinta.
- e) não há se falar em concurso se pessoas, afastando a regra da teoria monista

43. Acerca dos princípios constitucionais e gerais do Direito Penal, é correto afirmar que:

- a) Por força do princípio da insignificância não são punidos os crimes de menor potencial ofensivo.
- b) Por força do princípio da taxatividade não se pode conceber a existência de qualquer crime sem ofensa ao bem jurídico protegido pela norma penal.
- c) O princípio da humanidade proíbe a instituição de penas cruéis, como a de morte e a de prisão perpétua, mas não a de trabalhos forçados.
- d) O princípio da reserva legal veda o uso da analogia para punir o autor de um fato não previsto em lei como crime, mesmo sendo semelhante a outro por ela definido.
- e) A pena não passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens poderá ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas ilimitadamente.

44. Sobre a citação e a intimação é correto afirmar que:

- a) é cabível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado.
- b) considera-se completa a formação do processo quando realizada a citação válida do acusado.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor, será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- d) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
- e) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

45. A autoridade policial da 2ª Delegacia de Polícia de Samambaia-DF, durante as investigações de um crime de receptação qualificada (Art. 180, §1º do CP), representa pela decretação da prisão temporária do indiciado Juliano, tendo em vista que a medida seria imprescindível para a continuidade das investigações. Os autos são encaminhados ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que se manifesta favoravelmente à representação da autoridade policial. Por sua vez, o magistrado, ao receber o procedimento, decreta a prisão temporária pelo prazo de 5 dias, ressaltando que a lei admite a prorrogação do prazo de 05 dias por igual período. Fez o magistrado constar, ainda, que Juliano não poderia permanecer acautelado junto com outros detentos que estavam presos em razão de preventivas decretadas. Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Juliano, ao ser constituído, deverá alegar que

- a) o prazo fixado para a prisão temporária de Juliano é ilegal, pois deveria ter sido decretada por 30 dias.
- b) a decisão do magistrado de determinar que Juliano ficasse separado dos demais detentos é ilegal.
- c) a prisão temporária decretada é ilegal, tendo em vista que receptação qualificada não está prevista no rol dos crimes hediondos e nem naquele que admite a decretação dessa espécie de prisão.
- d) a decretação da prisão foi legal, pelo fato de não ter sido decretada de ofício pelo Magistrado.
- e) a prisão é legal, mas o prazo é ilegal, vez que deveria ser determinado desde o início o prazo de 10 dias, já que admite prorrogação.

46. Relativamente à aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço e aos princípios processuais penais constitucionais, assinale a opção correta.

- a) A lei processual penal tem aplicação imediata e é aplicável tanto nos processos que se iniciarem após a sua vigência, quanto nos processos que já estiverem em curso no ato da sua vigência, e até mesmo nos processos que apurarem condutas delitivas ocorridas antes da sua vigência.
- b) Caso o processo penal já tenha sido iniciado, os atos praticados deverão ser refeitos e, todos os posteriores deverão ser praticados conforme a nova lei.
- c) A lei processual penal não deverá ser aplicada imediatamente, por isso prejudica a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, e constitui ofensa ao princípio da irretroatividade.
- d) A lei processual penal se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.
- e) O Código de Processo Penal será aplicado a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional, nelas inclusas as destinadas a apurar crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

47. A respeito da Lei dos Crimes Hediondos, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e de uso proibido é equiparado a hediondo.
- b) O homicídio, previsto no “caput” do art. 121 do Código Penal, se praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um único agente, é considerado crime hediondo.
- c) Os crimes considerados hediondos são insuscetíveis de graça, anistia, fiança e liberdade provisória.
- d) O roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca é considerado crime hediondo.
- e) São considerados hediondos apenas os crimes consumados, excluídos os tentados.

48. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores e do que estabelece a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)

- a) nos crimes de tráfico de drogas, a causa de diminuição de pena em razão de ser o agente primário, possuir bons antecedentes e não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa é ônus do acusado.
- b) a condenação pela conduta de trazer drogas consigo, para consumo pessoal, prevista no art. 28, da Lei de Drogas, configura reincidência.
- c) o autor da conduta de trazer drogas consigo para consumo pessoal (art. 28, da Lei de Drogas) deve ser encaminhado diretamente ao juiz, que irá lavrar o termo circunstanciado e fará a requisição dos exames e perícias; somente se não houver juiz é que tais providências serão tomadas pela autoridade policial.
- d) a majorante do tráfico transnacional de drogas, prevista no art. 40, I, da Lei de Drogas, configura-se com a consumação da transposição de fronteiras.

e) é típica a conduta de importar pequena quantidade de sementes de maconha

49. Consoante dispõe a Lei nº 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, é efeito não automático da condenação em relação aos crimes previstos na citada lei, condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade, devendo ser declarada, motivadamente na sentença,

- a) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- b) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo período de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses.
- c) a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 4 (quatro) anos, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
- d) a perda do cargo, do mandato ou da função pública, desde que precedido de processo administrativo disciplinar conduzido pela controladoria-geral do ente público a que pertencer o agente público.
- e) a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz fixar na sentença o valor mínimo de vinte salários mínimos para reparação dos danos causados pela infração, independentemente dos prejuízos sofridos pelo ofendido.

50. No que se refere às disposições da Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais), assinale a alternativa incorreta.

- a) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- b) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- c) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- d) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais), os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa.
- e) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

51. A respeito do acordo de colaboração premiada, previsto na Lei de Organizações Criminosas, assinale a alternativa correta.

- a) Nenhuma condenação dar-se-á com base apenas em declaração do colaborador, sendo possível, no entanto, o recebimento da denúncia ou queixa.
- b) Ao colaborador não se impõe o compromisso de dizer a verdade, mas, em se constatando que faltou com a verdade ou omitiu dolosamente informações, o acordo será rescindido.
- c) Em caso de retratação da proposta de acordo pelo colaborador, as provas produzidas, inclusive

as autoincriminatórias, poderão ser usadas contra ele, ainda que em caráter exclusivo.

- d) O acordo de colaboração premiada e os depoimentos do colaborador serão mantidos em sigilo até o recebimento da denúncia, podendo, contudo, o Magistrado determinar a publicidade, em razão de relevante valor social.
- e) O recebimento de proposta de formalização de acordo de colaboração premiada demarca o início das negociações e constitui marco de confidencialidade, sendo que a divulgação das tratativas configura violação de sigilo.

52. Considerando a jurisprudência do STJ acerca da Lei n.º 11.340/2006, assinale a opção correta.

- a) Admite-se a prisão preventiva do autor de contravenção penal caso o ato seja praticado no âmbito de violência doméstica.
- b) Descaracteriza a violência doméstica contra a mulher, afastando a aplicação da Lei Maria da Penha, a agressão cometida por ex-namorado.
- c) A reconciliação entre a vítima e o indivíduo agressor, no âmbito da violência doméstica, é suficiente para afastar a necessidade de reparação dos danos causados pelo crime.
- d) É possível a aplicação dos dispositivos da Lei Maria da Penha à violência praticada por irmão contra irmã, ainda que eles não residam mais sob o mesmo teto.
- e) A ação penal relativa aos crimes de ameaça e de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada à representação.

CRIMINALÍSTICA

Antônio Pequeno

53. Dois objetos podem ser indistinguíveis, mas nunca idênticos. Este princípio, também chamado de princípio da individualidade, preconiza que a identificação deve ser sempre enquadrada em três graus: a identificação genérica, a específica e a individual, sendo que os exames periciais deverão sempre alcançar este último grau.

O princípio da perícia criminalística a que se refere o texto acima também é denominado princípio da:

- a) observação.
- b) análise.
- c) interpretação.
- d) descrição.
- e) documentação.

54. Criminalística é a disciplina que tem como objetivo o reconhecimento e a interpretação dos indícios materiais extrínsecos, relativos ao crime ou à identidade do criminoso; esse conceito de criminalística foi dado por

- a) José Del Picchia.
- b) Hans Gross.
- c) Astolfo Tavares Paes.
- d) Paolo Zachias.
- e) José Lopes Zarzuela.

55. A respeito da perícia médico-legal, assinale a opção correta.

- a) É inadmissível a atuação de mais de um perito oficial e de um assistente técnico por perícia.
- b) No processo judicial que demande a realização de perícia médico-legal, a decisão do juiz deverá ser tomada com base no laudo dessa perícia.
- c) O juiz é a única autoridade competente para negar a realização de perícia em qualquer circunstância.
- d) Quando o primeiro exame pericial for incompleto para a avaliação das lesões corporais, a decisão de realização de exame complementar será privativa do juiz.
- e) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, a falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.

56. O exame de corpo de delito complementar será realizado

- a) 30 dias após a realização do primeiro exame.
- b) 30 dias após a data da agressão sofrida pela vítima.
- c) 60 dias após a agressão, quando a lesão for deformante.
- d) quando o médico-legista determinar no primeiro exame.
- e) por determinação da autoridade judiciária nos casos de inexistência de vestígios para a comprovação de um delito.

57. Em 2009, um artigo publicado na Revista dos Tribunais reconheceu a rastreabilidade como um dos elementos da Cadeia de Custódia. Dez anos depois, o Pacote Anticrime dividiu o rastreamento do vestígio em etapas, incluindo uma que representa o “ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza”. Assinale a alternativa que apresenta o nome dessa etapa.

- a) Reconhecimento.
- b) Isolamento.
- c) Coleta.
- d) Transporte.
- e) Armazenamento.

58. No tocante ao exame de corpo de delito é INCORRETO afirmar:

- a) Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.
- b) Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.
- c) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 3 (três) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- d) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- e) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado

DIREITO DIGITAL E HUMANOS

Géssica Ehle

59. O setor de Tecnologia da Informação (TI) de um órgão público está fazendo um levantamento no que diz respeito às informações armazenadas em seu banco de dados, pesquisando acerca da compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas pelos titulares, de acordo com o contexto do tratamento. Tal análise realizada pelo setor de TI, observa ao princípio da

- a) finalidade
- b) necessidade
- c) adequação
- d) segurança
- e) prevenção

60. Em 15 de julho de 2020, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo caso *Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares Vs. Brasil*, pela explosão de uma fábrica de fogos de artifício na cidade de Santo Antônio de Jesus (BA) em 1998, quando 64 pessoas morreram, 22 delas crianças.

Diante disso, a responsabilidade do Brasil em realizar as reparações determinadas pela Corte, com base na Convenção Americana de Direitos Humanos, recai sobre:

- a) o Governo do Estado da Bahia, uma vez que é nesse estado que está situada a fábrica;
- b) o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento de medidas em benefício de crianças e adolescentes;
- c) a Justiça Federal brasileira, que deverá homologar a decisão da Corte e, depois, dar sequência à sua execução;
- d) o Governo Federal do Brasil – União – pois, como Estado Parte, cabe a ele assumir a responsabilidade pela Convenção;

e) a sociedade civil organizada do Brasil, que contará com um aporte de recursos vindos diretamente da Organização dos Estados Americanos.

61. Com o término da 2ª Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas, e uma de suas primeiras atividades foi aprovar uma Declaração de Direitos Humanos.

De acordo com a Declaração de 1948, é incorreto o que se afirma em:

- a) Chama cada indivíduo e órgão da sociedade para, através do ensino e da educação, promover o respeito a esses direitos e liberdades
- b) Seu texto prevê a adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional para assegurar o reconhecimento e a observância universal de seus dispositivos.
- c) É o primeiro documento de dimensão mundial a tratar de forma abrangente o tema dos direitos humanos, realçando a importância destes para a construção de um mundo de justiça e paz.
- d) É o principal instrumento do Sistema Global de Proteção e constitui a principal contribuição para a universalização da proteção ao ser humano.
- e) Não previu, nem mencionou ou reconheceu, os direitos de terceira dimensão de modo extensivo, uma vez que sequer haviam sido reconhecidos.

INFORMÁTICA E SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

62. A respeito do cliente de correio eletrônico Microsoft Outlook, assinale o total de itens corretos

I - Outlook tem como principal função armazenar arquivos, documentos e outras informações na internet através de um servidor online.

II - O campo Cco permite enviar um e-mail para mais de um destinatário, sem que eles saibam quem recebeu o e-mail.

III - A configuração do protocolo SNMP na ferramenta é necessária para enviar e-mails.

IV - É possível salvar na pasta de Itens Pendentes as mensagens que ainda estão sendo redigidas e preparadas para serem enviadas posteriormente

V - Para verificar se existem mensagens novas utiliza-se o atalho CTRL + SHIFT + M.

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

63. No Microsoft Word, para alterar rapidamente o texto do documento inteiro escolhendo um novo conjunto de fontes é preciso acessar a guia

- a) Página inicial
- b) Inserir
- c) Design
- d) Layout
- e) Revisão

64. No Microsoft Excel existem várias funções para lidar com datas. Um célula A1 possui a data 02/10/2022. Qual fórmula deve ser utilizada que quando aplicada à célula retorna o valor 1?

- a) HOJE()
- b) AGORA()
- c) DIA.DA.SEMANA()
- d) DIA()
- e) ANO()

65. A respeito das redes sociais, assinale a alternativa correta.

I - Diferentemente do Telegram, no WhatsApp Web, uma vez que já esteja com as contas sincronizadas, não é possível acessá-lo se o celular da conta vinculada estiver desligado.

II - LinkedIn é a principal rede responsável por compartilhar informações profissionais dos usuários. Ela foi adquirida recentemente pela empresa META.

III - Recentemente, Facebook e Instagram expandiram as formas de monetização. Uma delas é conhecida como Collabs, que permite aos criadores assinarem a autoria de um conteúdo junto de outra pessoa.

- a) Somente I
- b) Somente II
- c) Somente III
- d) Somente II e III
- e) Todas erradas

66. Sobre Internet, navegadores e ambiente móvel, assinale a alternativa correta:

I - Na aba anônima do Chrome, quando utilizada, o IP do usuário não é rastreado.



II - O ícone corresponde ao navegador Microsoft Edge.

III - Uma aplicação desenvolvida nativamente para o ambiente Android consegue ser portátil para o ambiente iOS.

- a) Somente I
- b) Somente II
- c) Somente III
- d) Somente II e III
- e) Todas erradas

67. No modelo de referência OSI, qual o PDU - unidade de dados de protocolo - da camada de transporte?

- a) bits
- b) quadro
- c) pacote
- d) segmento
- e) dados

LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

68. Sobre o porte de arma nas dependências do Congresso Nacional, marque a afirmativa INCORRETA.

- a) É proibido o porte arma de qualquer espécie nas dependências do Senado Federal.
- b) É proibido o porte arma de qualquer espécie nas dependências do Senado Federal, mas autorizado nas áreas sob a sua responsabilidade para qualquer agente de segurança federal, estadual ou municipal.
- c) Os Policiais Legislativos Federais, no exercício de sua atividade típica, possuem porte arma de qualquer espécie nas dependências do Senado Federal.
- d) Os profissionais designados para prestar segurança pessoal a autoridades nacionais ou estrangeiras deverão comunicar e justificar a necessidade do porte de arma por escrito, indicando o armamento, a quantidade de munição e o nome das pessoas destacadas para esse fim.
- e) A liberação ou não do porte de arma a um segurança de autoridade nacional ou internacional será feito pelo Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal.

69. Conforme disposição do Regulamento Administrativo do Senado Federal, NÃO integra a estrutura da Secretaria de Polícia do Senado Federal:

- a) o Serviço de Inteligência Pessoal.
- b) o Serviço de Prevenção de Acidentes e Segurança do Trabalho.
- c) a Coordenação de Proteção a Autoridades.
- d) o Serviço de Policiamento Externo ao Palácio do Congresso Nacional.
- e) a Coordenação de Polícia de Investigação.

70. Conforme previsão do Regulamento Administrativo do Senado Federal, NÃO constitui atribuição do Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal.

- a) planejar, supervisionar, coordenar e controlar a execução das atividades de competência das unidades da Secretaria de Polícia.
- b) regulamentar a aplicação de testes de aptidão física aos policiais legislativos.
- c) elaborar instruções normativas e ordem de serviços atinentes às atividades regulamentares da Secretaria, de suas unidades e do policial legislativo.
- d) aprovar o Programa Anual de Trabalho e o Relatório Anual de Atividades da Secretaria de Polícia do Senado Federal.
- e) relacionar-se oficialmente com órgãos ou entidades policiais visando ao intercâmbio de conhecimentos e à obtenção e integração de informações relativas às matérias de sua competência.

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-Senado-TL-Policial-09-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>